

“Jovens descendentes de imigrantes africanos: Transição para a exclusão ou para a integração social?”

Fernando Luís Machado, Ana Raquel Matias e Sofia Leal¹

O processo de integração a longo prazo de populações migrantes nas sociedades de acolhimento, mais do que da situação dos primomigrantes, depende do destino das chamadas “segundas gerações”.

Em Portugal, apesar do carácter recente da imigração, existem já hoje algumas dezenas de milhares de descendentes de migrantes africanos lusófonos sobre os quais há um conhecimento sociológico muitíssimo limitado. Não há senão alguns estudos de caso, referentes a dimensões parcelares da existência destes jovens.

Nesta comunicação apresentar-se-ão resultados de um projecto de investigação empírica em curso que visa conhecer a situação social dessa “segunda geração”, no sentido de *saber se a sua transição para a vida adulta prefigura quadros futuros de integração ou de exclusão social*. Para isso são mobilizados contributos da sociologia das migrações e da etnicidade – em particular os muitos estudos sobre “segundas gerações” – e da sociologia da juventude, áreas que, surpreendentemente, se têm desenvolvido de costas voltadas uma para a outra. Dir-se-ia que, para a sociologia das migrações e da etnicidade, os jovens descendentes de migrantes serão, sobretudo, descendentes de migrantes e só residualmente jovens, ao passo que para a sociologia da juventude eles serão, sobretudo, jovens e só residualmente descendentes de migrantes.

Serão aqui divulgados, em primeira mão, dados preliminares de um inquérito por questionário aplicado a uma amostra representativa de 1000 jovens, dos 15 aos 29 anos, descendentes de imigrantes dos PALOP, residentes na região de Lisboa e Vale do Tejo, a única do país onde essa “segunda geração” atingiu, até ao momento, dimensão e variedade significativas.

A amostra é estratificada segundo cinco parâmetros de composição social: classe, idade, sexo, origem étnico-nacional e concelho de residência. O inquérito cobre quatro grandes domínios temáticos indispensáveis para perceber de que modo a transição desses jovens para a vida adulta se processa: origens sociais e mobilidade social; condições de vida, em termos de quadro residencial e habitacional, de estruturas e dinâmicas familiares, de trajectos e situações escolares e de trajectos e situações face ao mercado de trabalho; dinâmicas culturais, sociabilidades e identidades; formas de participação social e política.

Os parâmetros definidos para a amostra a inquirir permitirão, desde logo, confrontar a noção corrente de que a chamada segunda geração de imigrantes africanos constitui uma categoria social homogénea e globalmente problemática. Os dados a recolher através do inquérito trarão importantes elementos de resposta para uma multiplicidade de questões que se podem formular relativamente ao modo como diferenças internas em termos de classe, género, origem étnico-nacional e idade, se repercutem nas situações, trajectos e perspectivas sociais desses jovens.

Qual a origem das diferenças de classe que visivelmente distinguem uma pequena minoria de descendentes de imigrantes localizáveis nas classes médias e altas da larga maioria dos que podemos incluir nas classes populares? Essas diferenças resultam de trajectos distintos das respectivas famílias no contexto da sociedade portuguesa ou remontam a períodos históricos anteriores à migração, ainda no tempo colonial? Esses dois meios de classe são largamente estanques ou há fluxos significativos de mobilidade das classes populares para as classes médias e altas?

De que modo se fazem sentir as diferenças sociais de género? Reencontrar-se-ão, nesta categoria específica, padrões conhecidos para a juventude em geral, como, por exemplo, os que

¹ CIES/ISCTE

mostram desempenhos escolares femininos mais bem-sucedidos do que os masculinos ou, em contrapartida, taxas de desemprego masculino mais baixas do que as femininas? E que padrões se encontrarão ao nível dos papéis masculinos e femininos na esfera familiar e de relacionamento interpessoal? Estarão esses padrões em consonância com a tendência de rápida modernização que se tem observado na sociedade portuguesa, a esse nível?

No que se refere à influência da origem étnico-nacional, pode dizer-se que a experiência de inserção plena e muitas vezes exclusiva destes jovens na sociedade portuguesa relativizará em boa medida o peso desse factor. Ser de origem angolana, caboverdiana, guineense, santomense ou moçambicana, não terá a mesma importância material e simbólica para os jovens que tem para os seus pais. Esta não é, no entanto, senão uma hipótese de trabalho, que só o confronto com os dados empíricos permitirá testar.

No que se refere, finalmente, às diferenciações etárias internas ao conjunto dos jovens, os dados do inquérito contribuirão certamente para responder de forma substancial a uma questão particularmente decisiva. Se no caso dos mais novos, na faixa dos 15-19 anos, se pode dizer que os cenários futuros ainda estão em alguma medida em aberto, apesar dos condicionamentos impostos por diferentes classes sociais de partida, os do escalão dos 25-29 anos estão a terminar ou já terminaram a sua transição para a vida adulta, em moldes, portanto, menos reversíveis. Os jovens dessa faixa etária particular constituem, assim, um observável privilegiado para se perceber quando e porquê os sentidos da transição dos descendentes de imigrantes para a vida adulta são de integração ou de exclusão.

Três domínios fundamentais em que o inquérito a essa amostra de 1000 jovens permitirá responder à questão dos cenários de integração e de exclusão de forma mais alargada são os que se relacionam com a escolarização, a experiência no mercado de trabalho e a orientação das sociabilidades.

No que toca à escolarização, é sabido que muitos descendentes de imigrantes têm trajectos marcados pelo insucesso e abandono precoce do sistema de ensino. Os dados disponíveis a este respeito são, no entanto, de natureza global, pouco sistemáticos e com poucas indicações quanto à incidência desses fenómenos em diferentes meios sociais. A partir dos dados a recolher no quadro deste projecto, poder-se-á conhecer correlações entre desempenhos escolares, por um lado, e, por outro lado, diferenças de classe, género, origem étnico-nacional e outras.

No que respeita à inserção no mercado de trabalho, a questão mais importante a que o inquérito ajudará a responder é a de saber se os jovens descendentes de imigrantes africanos reproduzem as modalidades de inserção profissional precárias e pouco qualificadas que prevalecem entre os seus pais e mães ou se, pelo contrário, mesmo havendo casos de reprodução linear desse perfil, há um movimento geral de promoção socioprofissional. Quando se disse atrás que a verdadeira medida de integração de populações imigrantes nas sociedades de acolhimento é dada não pelo que acontece aos imigrantes de primeira geração, mas sim à geração dos respectivos descendentes, era muito nas dimensões socioprofissionais que se estava a pensar.

Por último, será possível ficar a conhecer de que modos se estruturam aspectos decisivos das sociabilidades destes jovens e o que elas significam em termos de dinâmicas de integração ou de exclusão. Pensando nas redes familiares, escolares, de amizade, profissionais e de vizinhança, por onde passam muitos dos seus relacionamentos sociais quotidianos, ficar-se-á a saber em que medida essas redes sociais se fecham dentro de cada população imigrante específica ou se se trata de redes sociais abertas, em que se encontram e cruzam, de forma alargada, indivíduos de origem imigrante e autóctone. Esta é uma dimensão decisiva do trajecto de qualquer população imigrante, que em muito influencia os processos de integração ou de exclusão dos que dela fazem parte.

Poder-se-á ver finalmente, ainda a este nível, até que ponto as orientações da sociabilidade dos jovens descendentes de imigrantes africanos variam de acordo com diferenças de classe, género, idade ou origem étnico-nacional.